



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0329864-2**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0001327-81.2014.8.17.0990**

**COMARCA** : Olinda – 1ª Vara Criminal

**IMPETRANTES** : Maurício Bezerra Alves Filho e Ivan Oliveira de Medeiros Correia

**PACIENTE** : Alisson Bruno Penha de Oliveira

**PROCURADORA** : Drª. Sueli Gonçalves de Almeida

**RELATOR** : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. FLAGRANTE. HOMOLOGAÇÃO. CONVERSÃO EM PRISÃO PREVENTIVA. O *MODUS OPERANDI* E A ELEVADA QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA DEMONSTRAM A GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELEITIVA. ELEVADA PERICULOSIDADE DA AGENTE. NECESSIDADE DE SALVAGUARDAR A ORDEM PÚBLICA. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Mostra-se idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base no *modus operandi* e na quantidade de drogas apreendidas (1,660kg de maconha), demonstrando a periculosidade do paciente. Precedentes do STF e do STJ.

II - As condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis, de ordem objetiva ou subjetiva, que autorizam a manutenção da medida extrema, como é a hipótese dos autos. Súmula 86/TJPE e Precedente do STJ.

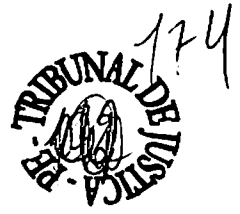
III – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **329864-2** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de maio de 2014.

**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0329864-2**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0001327-81.2014.8.17.0990**

**COMARCA** : Olinda – 1ª Vara Criminal  
**IMPETRANTES** : Maurício Bezerra Alves Filho e Ivan Oliveira de Medeiros Correia  
**PACIENTE** : Alisson Bruno Penha de Oliveira  
**PROCURADORA** : Drª. Sueli Gonçalves de Almeida  
**RELATOR** : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

## **RELATÓRIO**

Os beis. **Maurício Bezerra Alves Filho e Ivan Oliveira de Medeiros Correia** impetraram ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **ALISSON BRUNO PENHA DE OLIVEIRA**, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face de decisão proferida em 04/02/2014, que converteu sua prisão em flagrante delito em preventiva, nos autos do processo-crime nº **0001327-81.2014.8.17.0990** a que responde perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, neste Estado, juntamente com outros denunciados, como incurso nas sanções dos arts.33 e 35<sup>1</sup>, ambos da Lei nº 11.343/06, ao argumento de que o aludido decreto prisional carece de fundamentação idônea.

Em extenso arrazoadado, os impetrantes aduzem, em síntese, que a custódia cautelar está lastreada em meras ilações abstratas pertinentes às hipóteses autorizadoras ínsitas no art.312, da Lei Adjetiva Penal.

Ao final, ressaltam que o paciente é primário e de bons antecedentes, bem como possuidor de residência fixa e ocupação lícita.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 24/148.

Às fls.155, ante a ausência de pedido liminar, solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.162.

<sup>1</sup> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>.Sueli Gonçalves de Almeida, ofereceu parecer às fls.166/169, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 6 de maio de 2014

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

HABEAS CORPUS Nº: **0329864-2**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **0001327-81.2014.8.17.0990**

COMARCA : Olinda – 1ª Vara Criminal  
IMPETRANTES : Maurício Bezerra Alves Filho e Ivan Oliveira de  
Medeiros Correia  
PACIENTE : Alisson Bruno Penha de Oliveira  
PROCURADORA : Drª. Sueli Gonçalves de Almeida  
RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

## **VOTO**

---

A presente ação mandamental se insurge contra a decretação da prisão preventiva do paciente, ao argumento de que a referida ordem prisional está arrimada na suposta garantia da ordem pública e para evitar a reiteração delitiva, sem, contudo, tenha o magistrado prolator da referida medica coercitiva apontado qualquer elemento concreto com vistas a lastrear sua decisão.

Razão não assiste aos impetrantes.

Destaco da decisão que converteu a prisão em flagrante delito do paciente em prisão preventiva, datado de **20/02/2014**, os fundamentos que lhe dão suporte, *in litteris* (fls.129/132):

*"(...) pelo que se depreende dos autos os policiais civis, juntamente com policiais militares, em diligencias, deflagradas por autoridade competente, dirigiram-se ao local de denúncia de perpetração do delito e lá montaram campana em uma rua, dividindo-se as equipes, para averiguar possível entrega de elevada quantidade de droga (maconha). Que depois de algum tempo adentrou na rua um veículo de passeio, marca/modelo GM/CORSA, de placa HZY0121. Que um suspeito se aproximou do veículo, e, incontinenti, o condutor desceu acompanhando-o. Que a equipe seguiu os suspeitos e após receberem a droga em dois pacotes foram abordados, e ato continuo o restante da equipe abordou os demais ocupantes do veículo. Que o condutor posteriormente foi identificado como TIGANÁ e o suspeito que se aproximou e entregou o entorpecente a este ultimo foi o acusado JOSENILDO. Em exame aos depoimentos dos acusados, constata-se que o acusado JOSENILDO, TIGANÁ confessam a prática descrita no APF, descrevendo com riqueza de detalhes a mecânica delitiva, incluído valor a ser pago pela droga, enquanto os acusados JOSÉ INÁCIO, ALISSON, JOSÉ GUILHERME, EVERTON ERICK, negaram prática delitiva, não obstante os argumentos desconexos e contraditórios. Desta feita, diante os depoimentos dos policiais, de forma unânime, malgrado as teses da defesa e depoimentos dos réus, serem apenas usuários e/ou negarem a conduta*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

*perpetrada, há indícios robustos que as condutas dos acusados encontram subordinação imediata ao tipo do art. 33 e 35, pois que, deslocaram-se de seu domicílio no município de Vitória de Santo Antão, para encontrarem o amigo TIGANÁ, ex-morador do bairro, e residente nesta comarca a mais de 1 ano, e após, juntos adquirirem drogas por cerca de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), quantia esta, segundo depoimentos dos acusados, trazida pelos acusados, evidencia que a eventualidade não está presente. Pelo contrário, que o deslocamento era deveras acertado, pois a quantidade de droga não é comumente entregue a compradores aleatórios. Ademais, a prática de qualquer das condutas existentes no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, é suficiente para a configuração do tráfico ilícito de drogas, não sendo exigidos atos de mercância propriamente ditos, pois sendo crime de perigo abstrato comporta 18 núcleos do tipo elementos objetivos, e de cuj materialidade atesta para a quantia de 1,6600 kg (um quilograma, seiscentos e sessenta gramas), consoante laudo pericial realizado e constante nos autos. Destarte, não é necessário ao juízo de adequação típica da conduta para decretação da prisão preventiva que tenham sido apreendidas no exato momento da venda para que haja condenação pelo crime de tráfico, ou ainda quanto à associação, que os elementos indiciários sejam concretos em absoluto para o animus associativo permanente, pois havendo indícios suficientes no APF poderá o magistrado não só relativizar o direito da presunção da inocência sem incorrer em violação aos direitos e garantias fundamentais, para manutenção da segregação cautelar, como também e principalmente, proceder ao ato processual correto, afeto ao édito prisional, e posteriormente no transcorrer da ação penal, em fase meritória, com todas as garantias constitucionais, em especial o contraditório e ampla defesa, auferir a concretude dos delitos e pertinência jurídica para prolação de sentença condenatória ou absolutória. Por todo exposto, em relação à necessidade da prisão há nos autos provas da materialidade do delito, existindo, também, indícios suficientes de autoria, inclusive corroborado pelo depoimento das testemunhas ouvidas no ato de prisão em flagrante, inobstante as declarações do acusado (...) Irrefragável, portanto, consoante entendimento manifestado, no âmbito do STF, por suas Turmas e o Tribunal Pleno, que há necessidade da prisão preventiva para evitar a reiteração criminosa, pois presente está risco para a ordem pública, sendo motivo legítimo para justificar o encarceramento dos indiciados, seja em inquérito policial, ou dos acusados, em ação penal. Vale salientar, como alhures esmiuçado, que a manutenção da prisão em nada ofende o princípio da presunção de inocência, pois, como é sabido, o instituto da prisão preventiva deve ser utilizado tão somente quando presentes os requisitos e pressupostos constantes nos arts. 312 e 313, do CPP, sem esquecer que deve ser observada a subsidiariedade frente às demais medidas acauteladoras constantes nos arts. 319 e 320, do CPP, as quais*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

*julgo inadequadas e insuficientes ao caso em tela. Sendo assim, por tudo que até o presente encontra-se no bojo dos presentes autos, com base nos arts. 311, 312 e 313 do Código de Processo Penal, acolho na íntegra o opinativo ministerial, valendo-me, ainda de fundamentação per relationem, consoante entendimento do STJ<sup>1</sup> e STF<sup>2</sup>, e **CONVERTO AS PRISÕES EM FLAGRANTE EM PRISÕES PREVENTIVAS** dos acusados **TIGANÁ NOUGUEIRA DA SILVA SANTOS, JOSÉ INÁCIO DA SILVA NETO, ALISSON BRUNO PENHA DE OLIVEIRA, JOSÉ GUILHERME GONÇALVES DA SILVA, EVERTON ERICK DA SILVA BARROS E JOSENILDO DE ANDRADE** qualificados nos presentes autos (...).  
**(NEGRITEI)***

Do excerto anteriormente transcrito verifica-se que a decisão constitutiva está lastreada na necessidade de se resguardar a ordem pública, mormente em face do *modus operandi* do delito, praticado em organizado esquema de distribuição e contando com grande quantidade de entorpecente.

Com efeito, o Magistrado da instância primária, ao prolatar a medida impugnada, destacou que se trata, na hipótese vertente, de tráfico de grande porte, o que vem causando elevado abalo à ordem pública naquela localidade, notadamente levando em consideração a possibilidade concreta de reiteração delitiva, evidenciada pelas circunstâncias que cercam o delito, bem como pela elevada quantidade da droga apreendida.

Tais circunstâncias justificam a necessidade da custódia cautelar e o efetivo cumprimento do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, ficando evidente a gravidade concreta do crime e a periculosidade social do paciente.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça, assim decidiu:

*"(...) Jurisprudência firme desta Corte Superior considera idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na natureza e na quantidade de drogas apreendidas, caso esse fato constitua indício suficiente de que o agente faz do tráfico de entorpecentes o seu meio de vida, a revelar receio concreto de reiteração delitiva. Como bem apontaram as instâncias ordinárias, a prisão cautelar resta justificada pelo preceito legal de garantia da ordem pública, pois com a Paciente foram encontradas 09 porções de maconha, acondicionadas em invólucros plásticos, com peso líquido de 369,73g; 03 porções de cocaína na forma de crack, com peso líquido de 954,66g; 01 porção de cocaína, com peso líquido de 5,55g; 13 porções de cocaína com peso líquido de 13.835,41g; 06 armas de fogo acompanhadas de munições, além de*

<sup>1</sup> STF, HC 94.164/RS, 1ª Turma, rel. Min. Menezes Direito, DJ 22.08.2008

<sup>2</sup> STJ, HC 25352/SC, 6ª Turma, rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. 20.05.2003

2.1 / HC Nº 329864-2



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

*apetrechos como balanças de precisão, documentos falsos, capuzes comumente utilizados em assaltos etc, a quantia de R\$ 351.827,00 (...) Ordem de habeas corpus não conhecida." (HC 272.962/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 10/10/2013)(NEGRITEI)*

No mesmo sentido, o Pretório Excelso, consolidou entendimento, a saber:

*"(...) Não traduz manifesta arbitrariedade a decretação de prisão cautelar de acusado com quem foi apreendida expressiva quantidade de drogas, a revelar profundo envolvimento na atividade de tráfico de drogas, com risco de reiteração delitiva e à ordem pública." (HC 109111, 1.<sup>a</sup> Turma, Rel. p/ Acórdão, Ministra ROSA WEBER, DJe 06/03/2013.)(SUBLINHEI)*

É o caso dos autos.

Cumpre esclarecer que as condições pessoais favoráveis, ora referidas, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da medida constritiva se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar.

Nesse sentido, socorre-nos julgado, do teor seguinte:

*"Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente conhecido e desprovido." (RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)*

Aliás, esta Corte de Justiça já consolidou entendimento, no sentido de que:

*"Súmula 86/ TJPE - As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva."*

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

Recife, 6 de maio de 2014

*Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 06/05/2014**

**HABEAS CORPUS Nº 329864-2 – OLINDA**

**IMPETRANTES: MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO E OUTRO**  
**PACIENTE: ALISSON BRUNO PENHA DE OLIVEIRA**  
**RELATOR: DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA**  
**REVISOR: DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO**

**O RELATÓRIO ENCONTRA-SE ÀS FLS. 174/175 DOS AUTOS.**

---

**DR. MAURÍCIO BEZERRA ALVES FILHO (ADVOGADO OAB/PE: 23923)**

Eminente Desembargador presidente desta câmara, Dr. Marco Maggi, eminentes Desembargadores que a compõem também, o Relator Dr. Alexandre Assunção, Dr. Gustavo Lima, eminente Procuradora Dra. Sueli Gonçalves, meus colegas advogados aqui presentes, serventuários da Justiça, meus senhores, minhas senhoras.

Trata a impetração Excelências, de insurgência contra o decreto de prisão que em síntese aduz a gravidade do delito, o paciente foi autuado em suposto flagrante pelo crime do art. 33 e 35 da Lei de Drogas, e depois disso por suposta reiteração delitiva, ou seja, para coibir suposta reiteração delitiva, porque assim entendeu o magistrado. Farei daqui da tribuna uma breve digressão aos fatos, nós sabemos que habeas corpus não se presta para análise profunda de matéria fática, mas aqui é importante destacar a circunstância em que se deu a prisão do paciente, o paciente encontrava-se com outros dentro de um veículo no bairro de Peixinhos, ali na cidade de Olinda, e segundo os policiais que conduziram o flagrante, haviam recebido uma denúncia que naquela data, 04/02/2014, haveria uma entrega de drogas naquela comunidade, e se dirigiram para localidade e ali encontraram um veículo, esse veículo que me referi há pouco, onde se encontrava o também paciente. Conduzidos à Delegacia, foram seis pessoas autuadas, dentre eles um rapaz que supostamente estaria esperando uma segunda pessoa para entregar uma droga, que depois foi constatado se tratar de maconha na quantidade de um quilo seiscentos e poucos gramas, estaria ali para realizar essa entrega, então esse pessoal conduzido à Delegacia, lá na Delegacia, em depoimento em sede de flagrante, as pessoas de Josenildo, que seria o que supostamente entregaria a droga e Tiganá, ambos também denunciados aqui juntamente com o paciente, confessaram que realmente teriam feito esse ajuste no sentido de entregar a droga, do recebimento do dinheiro, aliás, valores que segundo consta do flagrante estaria de posse do Tiganá.

Eu queria ressaltar aqui da Tribuna que nem na oportunidade do flagrante, nem posteriormente, porque agora nós já temos inclusive a conclusão do inquérito com oferecimento da denúncia, em uma linha sequer, eminente Procuradora,





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

se diz que Alisson Bruno, paciente nesse habeas corpus, teria sido encontrado com qualquer quantidade de drogas ou qualquer outro material ou dinheiro que justificasse a pecha de traficante e de associado para o tráfico. O que aconteceu, e depois isso foi esclarecido nos depoimentos, é que havia um ajuste entre eles para virem saindo de Vitória de Santo Antão, local onde reside o paciente, para virem a Recife ou a Olinda para se divertirem, tomar cerveja, algo dessa natureza, depois desviaram o caminho, e esse desvio da rota não se deu por iniciativa do paciente, e lá aconteceu a prisão em flagrante de todos.

Mas o que realmente nos motiva a nos insurgir contra o decreto de prisão, é o fato de que apesar de fazer referências à lei, à jurisprudência e até a citações doutrinárias, o magistrado de piso, no decreto prisional, não alude uma circunstância sequer em concreto de fato que autorize a prisão de Alisson Bruno. Diz o magistrado que os crimes são graves, e que crimes dessa natureza ofendem ou ameaçam a ordem pública, destoando, portanto, do entendimento, inclusive, dos Tribunais Superiores. Os Tribunais Superiores, e trazemos na impetração vários julgados do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal onde as Cortes Superiores têm decidido que a argumentação ou afirmação genérica da gravidade do crime, por si, não é elemento suficiente a justificar a prisão preventiva. Depois disso diz o nobre magistrado que a prisão também se justificaria para se evitar a reiteração delitiva, e aqui nesse ponto é importante destacar, e nós sabemos que os Tribunais têm decidido, assim como essa Corte, que o fato de ser réu primário, de ter ocupação lícita ou residência fixa, isso só por si não seria argumento suficiente para se conceder, para se responder o processo em liberdade. Mas aqui no caso concreto, nós temos o raciocínio inverso, diz o magistrado que a prisão se dá para que não exista essa suposta reiteração delitiva, mas nos autos não há nenhuma informação de que o paciente seja afeto à prática de crimes de qualquer natureza, seja desses menos graves pelos quais ele é acusado, ou de qualquer outro, ao contrário, o que nós temos é uma certidão de antecedentes imaculada em relação a ele Alisson Bruno Penha de Oliveira.

Eu quero pedir vênias para discordar do parecer da d.ª procuradoria que diz, que afirma que no caso verifica-se a existência do crime fortes indícios de autoria e a necessidade de se manter a garantia da ordem pública. Então o raciocínio da eminente Procuradora, da d.ª Procuradora, é de que o fato da gravidade, da existência do crime e dos fortes indícios de autoria, isso seria elementos suficientes para manutenção da prisão preventiva do paciente.

Ainda lá no início, no pedido de liberdade provisória apresentado perante o magistrado de Primeiro Grau há nos autos também um parecer da lavra da eminente Procuradora, em que ela diz, ela argumenta no mesmo sentido, que havia lá indícios de autoria, a gravidade do delito, e por essa razão estaria ameaçada a ordem pública, e diz mais a promotora, diz que naquela oportunidade, àquela época, hoje já não é mais a realidade dos autos, mas que se aguardasse a conclusão do inquérito policial para aí sim se decidir ou se definir sobre a aplicação de outras medidas cautelares àquelas previstas do art.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

319, e nesse ponto eu adianto a Vossas Excelências que o inquérito concluído, como já disse aqui, já inclusive oferecimento da denúncia com as resposta à acusação, a autoridade policial concluiu o inquérito, e além daqueles depoimentos que foram colhidos em sede de flagrante, nenhum outro elemento, nenhuma outra linha foi transcrita ou foi trazida aos autos em relação a Alisson Bruno. Então hoje nós temos, o que a realidade em relação ao paciente é que é réu primário, acusado do tráfico ilícito de entorpecentes, pelo fato de está na companhia de outros, na companhia de outros, dentro de um veículo onde supostamente uma terceira pessoa estaria ali para a prática desse delito, mas em relação a Alisson Bruno não há nenhum elemento concreto sequer, Senhor Desembargador, que autorize raciocinar ser ele um traficante, e ainda mais associado pelo tráfico. Parece-me que o fato de se encontrarem cinco pessoas no veículo e mais uma fora que estaria esperando para realização do suposto delito, esse número raciocinou o Ministério Público como sendo suficiente para caracterizar a associação para o tráfico, e talvez, e aí com a devida vênia, o melhor raciocínio, se admitindo em tese que houvesse essa suposta associação se enquadraria mais no concurso de agentes, a previsão da lei não é o simples fato de se encontrar esse número de pessoas e só por esse gesto, só por essa circunstância, aí se estariam presentes a associação para o tráfico.

Então com essas considerações, e reiterando o que demais nós já lançamos na inicial da ação de habeas corpus, se requer a concessão da ordem, tendo em vista que não há no decreto prisional nenhuma indicação, nenhum elemento concreto ou circunstância que autorize a segregação cautelar do paciente, já disse aqui dessa tribuna réu primário, com endereço certo e profissão definida, e depois disso a tratada no decreto prisional, reiteração delitiva, sobretudo, porque não há elemento nenhum nos autos a indicar tal reiteração.

Então com a devida vênia das divergências já lançadas nos autos, reiteramos os argumentos dos habeas corpus e se requer a concessão da ordem, Senhor Presidente.

---

**O VOTO DO RELATOR ENCONTRA-SE ÀS FLS.176/179 DOS AUTOS**

---

**DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE)**

O Relator denega a ordem, voto que está em discussão.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA**

Realmente, o voto do Relator rebateu os argumentos trazidos pelo eminente defensor na tribuna, a quantidade da droga é uma quantidade considerável, as circunstâncias como o fato ocorreu não nos leva realmente a concluir que se trataria de no caso do paciente um mero usuário, porque está com o grupo articulado, a polícia parece que fez uma campana, já havia notícia de que esse repasse, essa quantidade, realmente não tenho como deixar de acompanhar o eminente Relator. Eu registro só que realmente nesses delitos de droga, chego à conclusão que nós estamos aqui enxugando gelo, na medida em que o Estado é tolerante, esse liberalismo. Esse final de semana houve a marcha da maconha, a coisa tolerada pelo Ministério Público, por polícia, pelo Estado, de um modo geral, uma suposta liberdade de expressão, é uma coisa que essa marcha é o incitamento ao crime, o incitamento ao tráfico da maconha e ao uso, e com esse registro eu acompanho o Relator, porque realmente não é esse liberalismo que vai fazer nos deixar de cumprirmos aqui o nosso papel, o Estado libera, a polícia deixa fazer marcha, mas acompanho o Relator.

---

**DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE)**

O crime ainda existe não é? O tráfico de drogas ainda é punido. Eu também, Senhores Desembargadores, Senhora Procuradora, Senhores advogados, tenho o mesmo entendimento da Turma. Aquilo que sempre digo, a reforma processual penal quanto aquela conversão do flagrante em prisão preventiva, sempre entendi que não há grandes necessidades de justificativas.

---

**DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA**

A fundamentação encontra respaldo sim, embora o advogado tenha dito, trata-se, parece-me do paciente ser primário, parece deve ser um jovem, mas realmente as circunstâncias, a companhia com que ele estava, a conduta de traficante. Essa separação do joio do trigo isso é feito pelo juiz de Primeiro Grau, quer dizer, na via do habeas corpus não dá para a gente separar quem é quem.

---

**DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE)**

E outra coisa o seguinte, Desembargador Gustavo: em matéria de tráfico de drogas, uso de drogas, os envolvidos são jovens, a faixa é 18, 19 anos de idade, então a exceção é o já maduro né? O chefão é o que começou antes, e ele envelheceu, mas justamente o tráfico de drogas hoje é 17, 18, 20 anos, a média é a juventude mesmo, é o recém-adolescente, saído da menor idade



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

para continuar o tráfico. Entendo da mesma maneira, acho justificável a prisão preventiva, não vejo nenhuma ilegalidade e concluo meu voto também acompanhando a Turma.

---

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, DENEGOU-SE A ORDEM".

---